

Revista Científica



# COSMOS ESPÍRITA

Nº 51 – ANO 5 – Março / 2022

# A PERSISTÊNCIA DO MAL

## COSMOS ESPÍRITA

### Revista Científica

De estudo das inteligências e seus fenômenos: As relações entre o Mundo Invisível e o Mundo Material, suas causas e consequências



### Organização Espírita para o Ensino e Pesquisa

Charles Antonio Kieling

### Sócio-Administrador

(51) 998.908.980

www.oEEP.com.br

contato@oEEP.com.br

Av. Protásio Alves, 5381

Porto Alegre – RS

Capa/Fonte da imagem: <https://sagresonline.com.br/onde-ceu-e-terra-se-unem-super-destinos-te-convida-para-desembarcar-em-um-deserto-espetacular/>

### QUEM SOMOS

A Organização Espírita para o Ensino e Pesquisa é uma empresa privada e sem caráter político-partidário que visa ensinar, pesquisar, dar assistência e esclarecer.

### MISSÃO

Ensinar, esclarecer e pesquisar em benefício do desenvolvimento e respeito à vida.

### VALORES

Consciência Plena

Empatia

Comprometimento com os Espíritos Superiores

Compromisso com o Desenvolvimento e com a Paz

Compromisso com a Ciência, Filosofia, Religião, Arte, Tecnologia e Amor ao Próximo

Estudo Permanente com Fé Raciocinada

Comprometimento com a Ética, a Moral e a Caridade

Compromisso com o Desprendimento Material

### OBJETIVO

Com base na Ciência Espírita e sob a inspiração dos Espíritos Superiores, nosso objetivo é o Desenvolvimento da Humanidade pelo ensino, pelo esclarecimento, pela assistência, pela pesquisa e por ações de engajamento com os conhecimentos humanos.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida, total ou parcialmente, por quaisquer meios ou processos, sem autorização escrita da OEEP.

### O MAL

O mal não se caracteriza por estar personificado em um ser sobrenatural, ou mesmo de um indivíduo que desencarnou e, decorrente da sua condição de ignorância, passou a perseguir e desenvolver técnicas avançadas de obsessão. É cômodo para as religiões estabelecerem um ser fora do Mundo Material e que exerça influência sobre as pessoas, assim as religiões apresentam seus sacerdotes, iniciados, especialistas etc., que conhecem ritos, mantras ou lidam com as palavras do Evangelho e sabem como se conectar com Deus e com Espíritos Superiores prontos para resgatar essas Almas. Assim, as religiões criaram rituais e estabeleceram locais e horários, bem como quantidade de datas para o processo de resgate e o fim do mal, da obsessão.

O mal se tornou numa mercadoria necessária para a sobrevivência de organizações; é um produto de consumo desde o surgimento das primeiras comunidades. Ao longo da História Humana ele foi ganhando cada vez mais materialidade no significado do senso comum. Ele pode até ter passado por outras personificações, com outros nomes ou tipos, mas jamais deixou de ser comercializado.

Allan Kardec trouxe sobre a inexistência do mal como o desenvolvido pelas religiões, mas suas colocações foram vencidas. Muitos acreditam, tal como Kardec pautou, de que aqueles seres míticos personificados no Diabo, Satanás etc., não existem; mas os espíritas passaram a incorporar outros seres com graduações de similaridade para compor a ordem dos espíritos obsessores.

Para o filósofo Platão, o mal é sinônimo da ignorância. Claro que aprofundar sobre o tema é algo provocativo. E não poderia ser diferente quando estamos tratando em evolução do Espírito. E se nesta revista estamos tratando sobre a persistência do mal, também podemos fazer o sinônimo dizendo que tratamos sobre a persistência da ignorância. Ponto relevante para nosso atual momento, pois muitos aceitam o falso conforto do senso comum ou mesmo da compra das Pseudociências e de outros anteparos do mal.

Boa leitura!

**Charles A. Kieling**  
**Sócio-Administrador**

# A persistência do mal

Por Charles A. Kieling

Enquanto escrevo, seres humanos altamente civilizados estão sobrevoando, tentando matar-me. Não sentem qualquer inimizade por mim como indivíduo, nem eu por eles. Estão apenas “cumprindo o seu dever”, como se diz. Na maioria, não tenho dúvida, são homens bondosos e cumpridores das leis, que na vida privada nunca sonhariam em cometer assassinato. Por outro lado, se um deles conseguir me fazer em pedaços com uma bomba bem lançada, não vai dormir mal por causa disso. Está servindo ao seu país, que tem o poder de absolvê-lo do mal.

**George Orwell, Inglaterra, tua Inglaterra (1941)**

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

## O que é o Mal?

A pergunta pode induzir em respostas rápidas e fundamentadas em comparações equívocas. Por exemplo, alguém pode afirmar que o Mal é causar prejuízo para um outro; ou provocar situações que desqualifiquem uma determinada pessoa; matar algum animal por causa injustificada ou por prazer; subtrair o patrimônio de outros; não respeitar a opinião

contrária; assassinar; promover a guerra; etc. Fato é que são inúmeras as colocações sobre o que é o Mal.

No âmbito das religiões e em algumas doutrinas, o Mal se caracteriza como algo externo ao indivíduo, por uma ou diversas entidades sobrenaturais que se servem das fraquezas humanas para estimular e produzir a maldade. E isso serve como justificativa para que indivíduos atribuam determinadas ações como consequência da influência desses seres, que podem ser classificados como demônios, anjos do mal, espíritos do mal, espíritos obsessores etc.

Se optarmos por estruturar a jornada da persistência do Mal na História da Humanidade, podemos atribuir que ele ganhou forma, robustez e força, ao longo do tempo, em três eras:

**1ª - Era do Mal Sobrenatural (século XXX a.C. até século VI a.C.):** esse é o período da Mistificação, e ocorreu desde o surgimento das primeiras comunidades organizadas até o advento da Filosofia, na Grécia Antiga, século VI a.C., quando o Mal se fazia pela mística, na personificação em um tipo de ser sobrenatural, o qual era idealizado em fenômenos naturais e por rituais de apaziguamento ou de expurgo do Mal praticados por lideranças religiosas e sacerdotes;

**2ª - Era do Mal Atemporal (século VI a.C. até século XVII):** esse período engloba a Mistificação e a Ilusão do Conhecimento, quando também ocorreu o advento da Filosofia na Grécia Antiga, e alcança o início do Iluminismo no século XVII, quando o Mal articulou padrões de mistificação com a prática da Ilusão do Conhecimento ao estabelecer uma Filosofia vinculada ao Pensamento Religioso e impondo referências exclusivas para o desenvolvimento intelectual e padronização de textos considerados sagrados;

**3ª - Era da Incorporação do Mal (século XVII ao século XXI):** compreende o período em que se articulam a Mistificação, a Ilusão do Conhecimento e o Analfabetismo Científico, e ocorre desde o advento do Iluminismo aos dias atuais, quando o Mal, já robustecido pela Mistificação e Ilusão do Conhecimento, se fortalece ao estatizar o Analfabetismo Científico, estabelecendo políticas educacionais que validam a memorização e a utilização da Pseudociência para a formação, estabelecidas como padrão para a avaliação, classificação e de comportamento aceitável, personificando-se como Cidadania de inclusão e para a convivência social.

### **Mal, um conceito degradado**

Mal é um conceito de origem no latim “malum” e significa a ausência de “Bem”, oposto de “Bem”. Ou seja, “Mal” tem como antônimo o “Bem”. Mas, atenção! Evite pensar no “Bem” de base religiosa. Pois, analisamos o conceito do “Bem”, encontramos suas bases na Grécia Antiga, onde os filósofos definiram a diferença entre o “Bem”, o “Bom” e o “Belo”. E foi Platão o filósofo que estruturou o conhecimento desses três conceitos.

Para Platão, pela aplicação da dialética, as pessoas podem gradualmente elevar a Alma para além do Mundo Físico, e ao longo da elevação ter revelada a essência das coisas conforme aumenta a inspiração da Ética. Nesse contexto filosófico, é através da aplicação da dialética que se consegue descobrir as “essências”, ou seja, as “ideais” das coisas em seu estado eterno e universal. Para compreender o que esses conceitos significam, é necessário manter atenção no objeto de análise de Platão, que é o Mundo Material e o que existe nele. Pelo pensamento humano, ou seja, pelo raciocínio qualquer um pode conceber as coisas ideais, como, por exemplo, um pet ideal, ou seja, conceber o animal de estimação ideal, eterno e universal (em qualquer parte do Mundo, país e lar), como sendo aquele que convive no espaço doméstico, tem relação direta com os humanos da residência, que estabelecem formas de comunicação e de entendimento recíprocos, que são felizes ou sofrem conjuntamente. Assim, pela dialética de Platão, em sua escalada da Alma para ter a revelação da essência, há possibilidade de identificar a existência do Bem Ideal ou ideia universal do Bem; e isso potencializa que os indivíduos fundamentem suas práticas diárias em conformidade com uma organização

**através da aplicação  
da dialética que se  
consegue descobrir  
as “essências”**

moral que seja comum para todos. Ou seja. A prática da vida social deve ser aplicada conforme as leis e regras de convívio, com finalidade e ideia universal do Bem, que para Platão significa fundar a vida tendo como finalidade a prática do Sumo Bem.

Esses conceitos de Platão, vinculados com o Mundo Material, com o Mundo Concreto, **e não Espiritual ou Transcendental**, foi degradado em seu significado pela Filosofia Medieval, ao atribuir a ideia universal do Bem ou o Sumo Bem como sendo ou estando vinculado a Deus. Sobre essa degradação dos significados aplicados por filósofos do período Medieval, pode-se verificar, também, sobre a degradação da Filosofia, visto que em sua origem ela fundamentava a Razão para entender o Mundo Material, em oposição ao pensamento religioso, enquanto que a Filosofia Medieval obrigou a Razão ao ideário religioso e espiritual.

**Esses conceitos de Platão, vinculados com o Mundo Material, com o Mundo Concreto, e não Espiritual ou Transcendental, foi degradado em seu significado pela Filosofia Medieval, ao atribuir a ideia universal do Bem ou o Sumo Bem como sendo ou estando vinculado a Deus.**

**Uma forma simplificada para compreender o significado do Bem em Platão é o de defini-lo como sinônimo de Constituição Federal, ou seja, o Sumo Bem de um país é a Constituição Federal; ou exemplo é o Sumo Bem de uma área profissional, que é seu respectivo Código de Ética (Médica, Direito etc.); o Sumo Bem dos Médiuns é O Livro dos Médiuns de Allan Kardec. Assim, fazer o Bem significa aplicar práticas em conformidade com a Lei, com um conhecimento comum e aceitos ou pactuados de forma universal. Esse Bem está**

**relacionado a organização das coisas materiais, do trabalho, de patrimônio e de posse entre os indivíduos.**

Ainda na esteira de resgatar o significado original dos conceitos, precisamos verificar que Platão trabalhou as ideias de Belo e Bom; ou seja, para ser aplicada pelo indivíduo a ideia universal do Bem, é necessário articular um equilíbrio para se alcançar a vida perfeita, com práticas que atinjam o Belo e o Bom. A manifestação do Bem, ou seja, sua materialização no dia a dia, se dá no equilíbrio de ações práticas que possam ser classificadas como Belo e Bom no Mundo Concreto. Reparem que Platão, ao se referir a esses dois conceitos, não está caracterizando coisas estéticas, mas ao comportamento Belo e ao comportamento Bom. Nesse contexto, proposto pelo filósofo, todo o indivíduo que busca aplicar a Ética platônica necessita estabelecer um equilíbrio que integrem comportamentos Belos e Bons. Sem a degradação imposta pela Filosofia Medieval desses conceitos, percebe-se que Platão classifica o Belo e o Bom como ações práticas, e o Bem como a ideia, o pensamento, o entendimento geral que estabelece algo comum para todos; ou seja, a compreensão ou essência geral corresponde ao Bem universal. E

para adequarmos em nosso contexto atual, para um entendimento simplificado, pode-se colocar o Bem universal como sendo a padronização das coisas, produtos e serviços, tratadas pela ISO - Organização Internacional de Normalização: Organização de

**Sem a degradação imposta pela Filosofia Medieval desses conceitos, percebe-se que Platão classifica o Belo e o Bom como ações práticas, e o Bem como a ideia, o pensamento, o entendimento geral que estabelece algo comum para todos; ou seja, a compreensão ou essência geral corresponde ao Bem universal.**

padronização<sup>1</sup>. Assim como a ISO classificam o que é moralmente aceito e adequado, a Moral de Platão também classifica os comportamentos manifestos do Belo e do Bom.

Para os conceitos de Bem, Bom e Belo pode-se estabelecer comparativos para se alcançar uma proximidade com a ideia original de Platão. Nesse sentido, Bem significa pensar no que deve ser um padrão universal, Belo corresponde em praticar os padrões universais, e Bom corresponde em praticar de forma verdadeira os padrões universais.

Assim, nos conceitos de Bem, Bom e Belo na filosofia platônica não se encaixa o conceito de Mal elaborado pela Filosofia Medieval. Para Platão, que segue o pensamento de Sócrates, o Mal corresponde a ignorância do Bem universal. Nesse sentido, o Mal se caracteriza como sinônimo de Ignorância. E na medida que o indivíduo externa sua ignorância em ações práticas, essas ficam contrárias ao Belo, e são classificadas como Insensato ou Feio. E o “Feio”, por estar externando práticas ignorantes, manifesta o contrário do Bom, ou seja, a Inverdade.

**QUADRO 1:** Da moral platônica a era da incorporação do mal.

<b>MORAL PLATÔNICA</b>	<b>AÇÃO CONTRÁRIA</b>	<b>MANIFESTAÇÃO</b>	<b>ERA DA INCORPORAÇÃO DO MAL (SÉCULO XVII AO SÉCULO XXI)</b>
<b>BEM</b>	Pensamento contrário	Ignorância	<b>Mistificação</b>
<b>BELO</b>	Prática contrária	Insensato	<b>Ilusão do Conhecimento</b>
<b>BOM</b>	Prática contrária	Inverídico	<b>Analfabetismo Científico</b>

Fonte: Elaborado por Charles Kieling.

<sup>1</sup> A Organização Internacional de Normalização (português europeu) ou Organização Internacional para Padronização (português brasileiro) (em inglês: International Organization for Standardization; em francês: L'Organisation internationale de normalisation), popularmente conhecida como ISO é uma entidade que congrega os grêmios de padronização/normalização de 162 países. Em 1946, em Londres, 65 autoridades de 25 países se reuniram para discutir meios de facilitar internacionalmente a coordenação e unificação de padrões industriais. Em 23 de fevereiro de 1947, a ISO inicia oficialmente suas atividades com 67 comitês técnicos, tendo mudado sua sede em 1949 para Genebra, na Suíça, onde permanece até hoje. A ISO aprova normas internacionais em um grande número de áreas de interesse econômico e técnico. O Brasil é membro desde a fundação oficial em 1947, e é representado pela ABNT. Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_Internacional\\_de\\_Normaliza%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Internacional_de_Normaliza%C3%A7%C3%A3o)>.

Na Era da Incorporação do Mal (século XVII ao século XXI), os contrários do pensamento e práticas platônicas, se manifestam na articulação entre Ignorância, Insensatez e Inverdades, correlacionadas com a articulação entre Mistificação, Ilusão do Conhecimento e Analfabetismo Científico. Essas convalidam políticas educacionais bisonhas, que caracterizam melhor classificação para quem melhor memorizar, servindo-se da Pseudociência na produção de textos, e estabelecendo um padrão de Cidadania de inclusão e para a convivência social de quem pensa igual ou similar.

### **TEXTO PARA ESTUDO**

**BAUMAN, Zygmunt. A ética da obediência (lendo Milgram). *IN: Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.**

#### **A ética da obediência (lendo Milgram)**

Ainda não plenamente recuperado da chocante realidade do Holocausto, Dwight Macdonald alertou em 1945 que agora devemos temer mais a pessoa obediente às leis do que aquela que as desobedece.

O Holocausto fez minguar todas as imagens lembradas ou herdadas do mal. Com isso, inverteu todas as explicações estabelecidas dos feitos maléficis. De repente ficou claro que o mais terrível dos males de que se tinha memória não resultou de uma ruptura da ordem, mas de um impecável, indiscutível e inatacável império da ordem. Não foi obra de uma turba ruidosa e descontrolada, mas de homens uniformizados, obedientes e disciplinados, cumpridores das normas e meticulosos no espírito e na letra de suas instruções. Bem cedo se soube que esses homens, sempre que estavam à paisana, não eram de modo algum maus. Portavam-se de forma bem parecida à de todos nós. Tinham esposas que amavam, filhos que papricavam, amigos que ajudavam e consolavam no infortúnio. Parecia inacreditável que, uma vez uniformizadas, essas mesmas pessoas fuzilassem, asfixiassem com gás ou presidissem ao fuzilamento e asfixia de outras milhares de pessoas, inclusive mulheres que eram esposas amadas de outros homens e bebês que

eram filhos queridos de alguém. Era não só inacreditável, mas aterrador. Como é que pessoas comuns, como eu ou você, podiam fazer aquilo? Com certeza, de alguma forma, ainda que por uma pequenina diferença, elas devem ter sido diferentes, pessoas especiais, *diversas* de nós, não? Certamente devem ter escapado ao impacto enobrecedor, humanizante, de nossa sociedade civilizada, iluminada. Ou, quem sabe, podem ter sido estragadas, corrompidas, submetidas a alguma combinação infeliz e viciosa de fatores educacionais, que resultaram numa personalidade falha, doentia. Provar que todas essas suposições estavam erradas não seria bem acolhido não apenas porque isso desmontaria a ilusão de segurança pessoal que a vida numa sociedade civilizada promete. Seria mal recebido também por uma razão muito mais significativa: porque exibiria a irredimível ineficácia de toda autoimagem moralmente virtuosa e de toda consciência tranquila. A partir de agora, toda consciência só podia ficar tranquila até segunda ordem.

*A notícia mais assustadora trazida pelo Holocausto e pelo que sabemos acerca dos seus executores não foi a probabilidade de que “isso” pudesse acontecer a nós, mas a ideia de que nós poderíamos perpetrá-lo.* Stanley Milgram, psicólogo americano da Universidade Yale, suportou o impacto desse terror quando inadvertidamente realizou um teste empírico de suposições baseadas em anseios emocionais e decidiu não dar atenção às evidências; mais inadvertidamente ainda, publicou os resultados em 1974. As descobertas de Milgram foram de fato inequívocas: sim, nós poderíamos fazê-lo e ainda podemos, dependendo das condições.

Não era fácil conviver com essas descobertas. Claro, a opinião culta desceu uma pancadaria sobre a pesquisa de Milgram. Suas técnicas foram investigadas microscopicamente, postas de lado, consideradas errôneas, mesmo desonrosas, infamantes, e rejeitadas. A qualquer preço e por todos os meios, respeitáveis e menos respeitáveis, o mundo acadêmico tentou desacreditar e repudiar as descobertas, que encontravam terror onde deveriam ver complacência e paz de espírito. Poucos episódios na história da ciência revelam mais plenamente a realidade da busca, supostamente desvaloradora, do conhecimento e dos motivos, supostamente desinteressados, da curiosidade científica. “Estou convencido”, disse Milgram em resposta às críticas, “que grande parte dessa reprovação, quer as pessoas saibam ou não, decorre dos resultados da experiência. Se todos tivessem desistido com um pequeno choque ou um choque moderado” (isto é, antes que o seguimento das ordens do pesquisador começasse a significar dor e sofrimento para as pessoas consideradas vítimas), “teria sido uma

descoberta bastante tranquilizadora e quem iria protestar?”<sup>1</sup> Milgram estava certo, claro. E ainda está. Passaram-se anos desde a experiência pioneira, mas suas descobertas, que deveriam ter levado a uma completa revisão das nossas opiniões sobre os mecanismos do comportamento humano, continuam sendo referidas na maioria dos cursos de sociologia como uma espantosa curiosidade mas não muito esclarecedora, uma curiosidade que não afeta o corpo central do pensamento sociológico. Se tais descobertas não podem ser negadas, podem pelo menos ser desprezadas, postas à margem.

Velhos hábitos mentais demoram a morrer. Logo depois da guerra, um grupo de acadêmicos liderados por Adorno publicou *A personalidade autoritária*, livro que se tornaria um modelo para a teoria e pesquisa durante anos. Particularmente importante nesse livro não eram suas proposições específicas — quase todas praticamente foram depois questionadas e rejeitadas — mas a maneira como situa o problema e a estratégia de pesquisa daí resultante. Essa última contribuição de Adorno e seus associados, imune ao teste empírico mas ecoando confortavelmente os desejos subscientes do público culto, mostrou-se muito mais resistente. Como sugere o título do livro, os autores buscavam uma explicação para o regime nazista e as atrocidades decorrentes de um tipo especial de personalidade, aquela inclinada à obediência em relação ao mais forte e à arrogância inescrupulosa e muitas vezes cruel em relação ao mais fraco. O triunfo dos nazistas deve ter sido resultado de um acúmulo incomum de tais personalidades. Por que isso ocorreu, os autores não explicaram nem quiseram explicar. Cautelosamente evitaram a investigação de todos os fatores supra ou extraindividuais que poderiam produzir personalidades autoritárias; nem se preocuparam com a possibilidade de que tais fatores possam induzir o *comportamento* autoritário em pessoas de outra forma destituídas de *personalidade* autoritária. Para Adorno e seus colegas, o nazismo era cruel porque os nazistas eram cruéis; e os nazistas eram cruéis porque pessoas cruéis tendem a se tornar nazistas. Como admitiu um dos integrantes do grupo vários anos depois, “*A personalidade autoritária* destacava meramente os determinantes de personalidade para o fascismo em potencial e o etnocentrismo, não levando em conta influências sociais contemporâneas.”<sup>2</sup> A maneira pela qual Adorno e sua equipe formularam o problema foi importante não tanto pelo modo como a culpa era atribuída, mas pela forma abrupta com que absolvía todo o resto da humanidade. A visão de Adorno dividia o mundo em protonazistas de nascença e suas vítimas. Suprimia o triste e sombrio conhecimento de que muitas pessoas gentis podem se tornar cruéis se tiverem uma chance. Bania a suspeita de que mesmo as vítimas podem

perder boa parte de sua humanidade no caminho para a perdição — proibição tácita que levou aos limites do absurdo o retrato do Holocausto na televisão americana.

Foram essa tradição acadêmica e essa opinião pública, ambas profundamente arraigadas, alta e mutuamente reforçadas, que a pesquisa de Milgram desafiou. Uma raiva e inquietação particulares foram causadas por sua hipótese de que a crueldade não é cometida por indivíduos cruéis, mas por homens e mulheres comuns tentando desempenhar bem suas tarefas ordinárias; e por sua descoberta de que *a crueldade relaciona-se apenas secundariamente às características individuais dos que a cometem, mas de maneira muito forte mesmo à relação de autoridade e subordinação*, com nossa estrutura normal e cotidiana de poder e obediência. A pessoa que, com convicção interior, se gaba de roubar, matar e atacar pode se ver cometendo tais atos com relativa facilidade sob o comando de uma autoridade. Ato impensável num indivíduo que age por conta própria pode ser executado sem hesitação quando levado a efeito sob ordens.<sup>3</sup> Pode ser verdade que alguns indivíduos sejam impelidos por si mesmos à crueldade, por suas próprias inclinações pessoais, inteiramente espontâneas. O mais certo, porém, é que traços pessoais não os impeçam de cometer atos de crueldade quando o contexto interativo em que se encontram os impele a isso.

Lembremos que o único caso em que tradicionalmente, segundo Le Bon, costumávamos admitir isso como possível (quer dizer, a execução de atos indecentes por pessoas de outra forma decentes) era uma situação na qual padrões normais, civilizados e racionais de interação humana fossem rompidos: uma multidão reunida pelo ódio ou o pânico; o encontro casual de dois estrangeiros, ambos retirados de seu contexto normal e por um tempo suspensos num vazio social; uma praça apinhada de gente, na qual gritos de pânico substituem o comando e o estouro da boiada, em vez da autoridade, decide o caminho a seguir. Costumávamos pensar que o impensável só pode acontecer quando as pessoas param de pensar: quando a tampa da racionalidade é tirada do caldeirão de paixões humanas pré-sociais e incivilizadas. As descobertas de Milgram também colocam de cabeça para baixo aquela imagem bem mais velha do mundo segundo a qual a humanidade está completamente do lado da ordem racional, enquanto a desumanidade confina-se inteiramente às ocasionais rupturas dessa ordem.

Em suma, Milgram sugeriu e provou que *a desumanidade é uma questão de relacionamentos sociais. Na mesma proporção em que estas são racionalizadas e*

*tecnicamente aperfeiçoadas, também o são a capacidade e a eficiência de produção social da desumanidade.*

Pode parecer óbvio. Mas não é. Antes das experiências de Milgram, poucas pessoas, profissionais e leigos igualmente, previam o que ele estava para descobrir. Virtualmente todos os adultos comuns do sexo masculino da classe média e todos os psicólogos competentes e respeitados aos quais Milgram perguntou quais deveriam ser os prováveis resultados da pesquisa manifestaram-se confiantes de que 100 por cento dos sujeitos se recusariam a cooperar à medida que aumentasse a crueldade das ações que fossem instados a praticar e desistiriam de participar em algum ponto bem inicial da experiência. Na verdade, a proporção de pessoas que efetivamente retirou sua concordância em participar caiu, em circunstâncias adequadas, a apenas 30 por cento. A intensidade dos supostos choques elétricos que estavam dispostas a aplicar era até três vezes maior do que poderiam imaginar os especialistas e o público leigo.

### **A desumanidade como função de distância social**

Talvez a mais extraordinária descoberta de Milgram foi *a da razão inversa entre a disposição para a crueldade e a proximidade da vítima*. É difícil alarmar uma pessoa que a gente toca. É um tanto mais fácil infligir dor a uma pessoa que vemos apenas a certa distância. É ainda mais fácil no caso de uma pessoa que apenas ouvimos. É bem fácil ser cruel com uma pessoa que nem vemos nem ouvimos.

Se alarmar uma pessoa envolve o contato corporal direto, o executor do ato de crueldade tem negado o conforto de não ver a ligação causal entre a sua ação e o sofrimento da vítima. A ligação causal é nua e crua, óbvia, e assim também a responsabilidade pela dor. Quando os sujeitos das experiências de Milgram eram instados a pressionar a mão da vítima no prato através do qual era supostamente aplicado o choque elétrico, apenas 30 por cento continuavam a obedecer o comando até o fim da experiência. Quando, em vez de agarrar a mão da vítima, pediam que apenas manipulasse as alavancas do painel de controle, a proporção de obedientes subia para 40 por cento. Quando as vítimas eram escondidas atrás de uma parede, de modo que apenas os seus gritos de agonia eram ouvidos, o número de pessoas dispostas a “levar a coisa até o fim” pulava para 62,5 por cento. Desligar o som dos gritos não elevava muito essa porcentagem — apenas

ia a 65 por cento. Parece que sentimos mais pela visão. Quanto maior a distância física e psíquica da vítima, mais fácil era ser cruel. A conclusão de Milgram é simples e convincente:

Qualquer força ou evento, colocado entre o sujeito e as consequências de submeter a vítima ao choque levará a uma redução da tensão do participante e portanto diminuirá sua obediência. Na sociedade moderna, outras [forças e eventos] muitas vezes se colocam entre nós e o ato destrutivo final para o qual contribuímos.<sup>4</sup>

Com efeito, mediar a ação, dividi-la em estágios delineados e separados pela hierarquia da autoridade e recortá-la em especializações funcionais é uma das conquistas mais salientes e orgulhosamente propagandeadas da nossa sociedade racional. O significado da descoberta de Milgram é que, imanente e irrecuperavelmente, o processo de racionalização facilita o comportamento desumano e cruel nas suas consequências, quando não nas intenções. *Quanto mais racional a organização da ação, mais fácil se torna produzir sofrimento* — e ficar em paz consigo mesmo.

A razão pela qual a separação da vítima torna a crueldade mais fácil parece psicologicamente óbvia: o executor é poupado da agonia de testemunhar o resultado de seus atos. Pode até mesmo se deixar crer que nada realmente desastroso aconteceu, com isso aplacando o peso da consciência. Mas esta não é a única explicação. De novo, as razões não são apenas físicas. Como tudo o que de fato explica a conduta humana, essas razões são sociais.

Colocar a vítima em outro quarto não apenas a leva para mais longe do sujeito; também torna sujeito e pesquisador relativamente mais próximos. Há uma incipiente função de grupo entre pesquisador e sujeito da pesquisa, da qual a vítima é excluída. Na condição de afastamento, a vítima é realmente uma pessoa fora da situação, sozinha física e psicologicamente.<sup>5</sup>

A solidão da vítima não é apenas uma questão de separação física. É uma função da conjunção dos seus atormentadores e da sua exclusão dessa conjunção. A proximidade física e a contínua colaboração (mesmo em um período relativamente curto — ninguém foi

submetido aí a experiência de mais de uma hora) tende a resultar num sentimento de grupo, completado com as mútuas obrigações e solidariedade que ele normalmente produz. Este sentimento de grupo é produzido pela ação conjunta, particularmente pela complementaridade das ações individuais — quando o resultado é evidentemente alcançado pelo esforço partilhado. Nas experiências de Milgram, a ação unia o sujeito com o pesquisador e simultaneamente separava os dois da vítima. Em nenhuma ocasião a vítima desfrutava do papel de ator, agente ou sujeito. Ao contrário, era sempre mantida na extremidade receptiva. Inequivocamente, era transformada em *objeto*; e, como sucede aos objetos da ação, não importava muito se era humana ou inanimada. Assim, a solidão da vítima e a conjunção dos seus atormentadores condicionavam-se e validavam-se mutuamente.

*O efeito da distância física e puramente psíquica é, portanto, ainda mais aumentado pela natureza coletiva da ação prejudicial.* Pode-se adivinhar que mesmo se ganhos óbvios na economia e eficiência da ação produzidos por sua organização e administração racionais não forem levados em conta, o simples fato de que o opressor é membro de um grupo deve ser visto como um tremendo fator a facilitar os atos de crueldade. É possível que parte considerável da insensível eficiência burocrática se possa atribuir a fatores outros que não o objetivo racional da divisão do trabalho ou cadeia de comando: ao hábil e não necessariamente deliberado ou planejado recurso à tendência natural de formação de grupo para ação cooperativa, tendência sempre combinada com a delimitação de fronteiras e a exclusão de forasteiros. Pela autoridade para recrutar seus integrantes e definir seus objetivos, a organização burocrática é capaz de controlar as consequências dessa tendência e assegurar que levem a um abismo ainda mais profundo e intransponível entre os atores (isto é, membros da organização) e os objetos da ação. Isso torna tanto mais fácil a transformação dos atores em opressores e dos objetos em vítimas.

### **Cumplicidade com as próprias atitudes**

Todo mundo que já entrou sem querer num atoleiro sabe muito bem que se safar da enrascada é difícil muito mais porque todo esforço para sair resulta em afundar ainda mais na lama. Pode-se mesmo definir o brejo como um engenhoso sistema de tal forma construído que, por mais que se mexam os objetos nele imersos, seus movimentos só aumentam o “poder de sucção” do sistema.

Ações sequenciais parecem possuir a mesma qualidade. O grau em que o ator se acha fadado a perpetuar a ação e em que optar é difícil tende a aumentar a cada estágio. Os primeiros passos são fáceis e requerem pouco tormento moral, se é que algum. Os passos seguintes são cada vez mais desencorajadores. Por fim, dar esses passos se torna insuportável. No entanto, o custo da retirada também já subiu a essa altura. Assim, a ânsia de desistir é fraca quando os obstáculos à retirada são também fracos ou inexistentes. Quando o desejo aumenta, os obstáculos que encontra são a cada estágio fortes o bastante para equilibrá-lo. Quando o ator é esmagado pelo desejo de sair, é em geral tarde demais para fazê-lo. Milgram listou a *ação sequencial* entre os principais “fatores constringentes” (isto é, fatores que encerram o sujeito na sua situação). É tentador atribuir a força desse fator específico ao *impacto determinante das próprias ações passadas do sujeito*.

Sabini e Silver deram uma descrição brilhante e convincente de seu mecanismo.

Os sujeitos da pesquisa entram na experiência reconhecendo alguns compromissos de cooperar com o pesquisador; afinal, concordaram em participar, pegaram seu dinheiro e provavelmente até certo ponto endossam o objetivo do progresso da ciência. (Os sujeitos da pesquisa de Milgram ficavam sabendo que participariam de um estudo que visava a descobrir formas de tornar mais eficiente o aprendizado.) Quando aquele que aprende comete seu primeiro erro, os sujeitos da pesquisa são instados a lhe dar um choque. Um choque de 15 volts. Trata-se de choque absolutamente inofensivo, imperceptível. Não há nenhuma questão moral até aqui. Claro, o choque seguinte é mais forte, mas só um pouquinho. Com efeito, cada choque é apenas um pouquinho mais forte que o anterior. A qualidade da ação do sujeito da pesquisa muda de algo inteiramente inocente para algo inescrupuloso, mas por etapas. Onde exatamente deve parar o sujeito da experiência? Em que ponto se cruza o limite entre esses dois tipos de ação? Como é que o sujeito da pesquisa vai saber? É fácil de ver que deve haver um limite; mas não é tão fácil ver onde ele está.

O fator mais importante no processo, no entanto, parece ser o seguinte:

Se o sujeito da experiência decide que dar o próximo choque não é permissível, então, uma vez que ele é (em cada caso) apenas ligeiramente mais forte que o anterior, qual seria a justificção para ter dado o último choque que deu? Negar a propriedade do passo que está a ponto de dar é minar a propriedade do passo que acabou de dar, e isso mina a própria posição moral do sujeito. Ele é pego nessa armadilha por seu gradual compromisso com a experiência.<sup>6</sup>

No curso de uma ação sequencial, o ator se torna escravo de suas próprias ações passadas. Essa imposição parece bem mais forte que outros fatores constringentes. Pode com certeza durar mais que os fatores que no início da sequência pareciam muito mais importantes e desempenhavam um papel verdadeiramente decisivo. Em particular, a má vontade em reavaliar (e condenar) a própria conduta passada da pessoa continuará sendo um poderoso — e cada vez mais poderoso — estímulo para arrastar o passo, muito depois do compromisso original à “causa” ter praticamente desaparecido. Suaves e imperceptíveis passagens entre os estágios atraem o ator para uma armadilha; a armadilha é a impossibilidade de abandonar a experiência sem rever e rejeitar a avaliação dos próprios feitos como corretos ou pelo menos inocentes. A armadilha, em outras palavras, é um paradoxo: *não é possível se limpar sem se sujar*. Esconder a sujeira equivale a sujar-se para sempre na lama.

Tal paradoxo deve ser um fator instigador por trás do conhecido fenômeno da solidariedade dos cúmplices. Nada liga mais uma pessoa a outra que a responsabilidade comum por um ato que reconhecem como criminoso. Em termos de senso comum, explicamos esse tipo de solidariedade pelo desejo natural de escapar à punição; as análises dos teóricos do jogo para o famoso “dilema do prisioneiro” também nos ensina que (contanto que ninguém confunda as apostas) assumir que o resto da equipe permanecerá solidária é a decisão mais racional que cada um dos seus membros pode tomar. Podemos porém imaginar até que ponto a solidariedade dos cúmplices é produzida e reforçada pelo fato de que apenas os membros da equipe originalmente engajados na ação sequencial vão provavelmente conspirar para desfazer o paradoxo e por consenso oferecer alguma credibilidade à crença na legitimidade da ação passada, apesar da crescente evidência em contrário. Sugiro, portanto, que outro “fator constringente”, chamado por Milgram

obrigações situacionais, seja, em larga medida, um derivativo do primeiro, o *paradoxo da ação sequencial*.

## Tecnologia moralizada

Um dos aspectos mais notáveis do sistema burocrático de autoridade é, no entanto, a probabilidade decrescente de que a singularidade moral da ação da pessoa seja jamais descoberta e, uma vez descoberta, se torne um penoso dilema moral. Numa burocracia, as preocupações morais do funcionário são afastadas do enfoque na situação angustiosa dos objetos da ação. São forçosamente desviados em outra direção — a tarefa a realizar e a excelência com a qual é realizada. Não importa tanto como passam e se sentem os objetos da ação. Importa, no entanto, o nível de esperteza e eficiência com que o ator executa o que seus superiores ordenaram que executasse. E, quanto a isto, os superiores são a autoridade natural mais competente. Tal circunstância reforça ainda mais o aperto com que os superiores prendem seus subordinados. Além de dar ordens e punir a insubordinação, eles também fazem julgamentos morais — os únicos julgamentos morais que contam para a auto-avaliação do indivíduo.

Os comentadores repetidas vezes acentuaram que os resultados das experiências de Milgram podem ter sido influenciados pela convicção de que a ação era exigida no interesse da *ciência* — sem dúvida uma alta autoridade, raramente contestada e em geral moralmente respeitada. O que não é assinalado, porém, é que, mais do que qualquer outra autoridade, a ciência é autorizada pela opinião pública a praticar o princípio, de outra forma eticamente odioso, de que os fins justificam os meios. A ciência é o mais completo exemplo da dissociação entre meios e fins, que é o ideal de organização racional da conduta humana: os fins é que são submetidos a avaliação moral, não os meios. Às expressões de agonia moral os cientistas continuaram respondendo com uma fórmula branda, rotineira e insípida: “O tecido não sofrerá nenhum dano permanente.” A maioria dos participantes limitava-se a aceitar alegremente esse consolo e preferia não pensar nas possibilidades que a fórmula deixava em aberto (mais notoriamente, a virtude moral do dano temporário ao tecido, ou simplesmente da agonia da dor). O que importava para eles era a tranquilidade de supor que alguém “de cima” tinha avaliado o que era e o que não era eticamente aceitável.

Dentro do sistema burocrático de autoridade, a linguagem da moralidade adquire um novo vocabulário. Está repleta de conceitos como lealdade, dever, disciplina — todos apontando para os superiores como supremo objeto de preocupação moral e, simultaneamente, a máxima autoridade moral. Todos, de fato, convergem: lealdade significa cumprimento do dever tal como definido pelo código disciplinar. Como convergem e se reforçam mutuamente, crescem em poder como preceitos morais, ao ponto de poderem invalidar e pôr de lado todas as outras considerações morais — acima de tudo, questões éticas estranhas às preocupações autorreprodutivas do sistema de autoridade. Eles se apropriam de, monopolizam e atrelam ao interesse da burocracia todos os meios sociopsíquicos usuais de autorregulação moral. Como coloca Milgram, “o subordinado sente vergonha ou orgulho dependendo de quão adequadamente desempenhou as ações exigidas pela autoridade... O superego vai de uma avaliação da bondade ou maldade dos atos para um balanço de como está funcionando o indivíduo, bem ou mal, no sistema de autoridade.”<sup>7</sup>

O que segue é que, ao contrário de uma interpretação bem difundida, um sistema burocrático de autoridade não milita contra as normas morais como tais e não as coloca de lado como sendo essencialmente pressões irracionais de ordem afetiva que contradizem a fria racionalidade de uma ação verdadeiramente eficiente. Em vez disso, utiliza-as — ou melhor, as reutiliza. *O duplo feito da burocracia é a moralização da tecnologia combinada com a negação do significado moral de todas as questões não técnicas.* É a tecnologia da ação, não de sua substância, que é submetida a avaliação como boa ou má, própria ou imprópria, certa ou errada. A consciência do ator manda que interprete bem e o leva a medir sua própria virtude pela precisão com a qual obedece às regras e sua dedicação à tarefa tal como definida pelos superiores. O que acuava a outra consciência, “antiquada”, nos sujeitos das experiências de Milgram e efetivamente continha seu impulso de desistir era a *consciência substituta*, construída pelas experiências com apelos aos “interesses da pesquisa” e avisos sobre as perdas que sua interrupção antes da hora acarretaria. No caso das experiências de Milgram, a consciência substituta era construída rapidamente (nenhuma experiência individual durava mais de uma hora) e no entanto se mostrou espantosamente eficiente.

Praticamente não se discute que a substituição da moralidade da substância pela moralidade da tecnologia ficou muito mais fácil com a oscilação entre a proximidade do sujeito em relação aos alvos da ação e sua proximidade em relação à fonte de autoridade

dessa ação. Com espantosa consistência, as experiências de Milgram evidenciaram a positiva dependência entre a efetividade da substituição e a distância (técnica, mais do que física) do sujeito em relação aos efeitos últimos de suas ações. Uma experiência, por exemplo, mostrou que, quando “não se mandava o sujeito puxar o gatilho que dava choque na vítima, mas executar apenas um ato secundário... antes que outro sujeito desse efetivamente o choque... 37 de um total de 40 adultos... continuaram até o nível mais alto de choque” (assinalado no painel de controle com as palavras “muito perigoso — XX”). Milgram concluiu como sendo psicologicamente fácil ignorar a responsabilidade quando se é apenas um elo intermediário numa cadeia de ação maléfica, distante das consequências finais da ação.<sup>8</sup> Para um elo intermediário na cadeia de uma ação maléfica, suas próprias operações parecem técnicas, por assim dizer, no início e no fim. O efeito imediato da sua ação é encetar outra tarefa técnica — fazer algo com o aparelho elétrico ou com a folha de papel na mesa. A ligação causal entre a sua ação e o sofrimento da vítima é diluída e pode ser ignorada com relativamente pouco esforço. Assim, o “dever” e a “disciplina” não enfrentam sério competidor.

### **Responsabilidade flutuante**

O sistema de autoridade nas experiências de Milgram era simples e tinha poucas camadas. A fonte de autoridade do sujeito — o pesquisador — era o dirigente máximo do sistema, embora o sujeito pudesse não ter consciência disso (do seu ponto de vista, o próprio pesquisador atuava como um intermediário; seu poder era delegado pela autoridade mais alta, genérica e impessoal da “ciência” ou “pesquisa”). A simplicidade da situação experimental resultou na franqueza das descobertas. Ficava claro que o sujeito investia o pesquisador da autoridade por sua ação; e a autoridade de fato residia nas ordens do pesquisador — autoridade final, aquela que não precisava do endosso ou autorização de pessoas situadas mais acima na hierarquia de poder. O foco, portanto, era sobre a disposição do sujeito da experiência em renunciar a sua própria responsabilidade pelo que havia feito e particularmente pelo que estava para fazer. Para essa disposição era decisivo o ato de dotar o pesquisador do direito de pedir ao sujeito coisas que este não faria por iniciativa própria, mesmo coisas que ele preferiria absolutamente não fazer. Talvez esse ato resultasse da suposição de que, por alguma lógica obscura, desconhecida do e insondável para o sujeito, as coisas que o pesquisador lhe pedia para executar eram certas, mesmo

que parecessem erradas para o leigo; talvez essa lógica não se traduzisse em qualquer pensamento, uma vez que a vontade da pessoa autorizada não precisava de legitimação aos olhos do sujeito: o direito de comandar e o dever de obedecer eram suficientes. O que sabemos com certeza, graças a Milgram, é que os sujeitos dessas experiências continuaram a cometer atos que reconheciam como cruéis unicamente porque recebiam ordens para fazê-lo, ordens de uma autoridade que aceitavam e que investiam da responsabilidade última por suas ações. Esses estudos confirmam um fato essencial: o fator decisivo é a resposta à autoridade, mais do que a resposta à ordem específica de dar o choque. Ordens que não partem da autoridade perdem toda a força... Não é o que os sujeitos fazem mas para quem fazem que importa.<sup>9</sup> As experiências de Milgram revelaram o mecanismo de *transferência da responsabilidade* na sua forma mais pura, simples e elementar.

Uma vez transferida a responsabilidade pela concordância do ator com o direito do superior comandar, o ator é lançado em um *estado de agente*<sup>10</sup> — condição na qual vê a si mesmo cumprindo a vontade de outra pessoa. O estado de agente é o oposto do estado autônomo. (Como tal, é virtualmente sinônimo de *heteronomia*, embora carregue além disso a implicação de autodefinição do ator, e situa as fontes externas do comportamento do ator — as forças por trás do seu *direcionamento pelo outro* — precisamente num ponto específico de uma hierarquia institucionalizada.) No estado de agente, o ator está inteiramente sintonizado à situação tal como definida e monitorada pela autoridade superior: essa definição da situação inclui a descrição do ator como agente da autoridade.

A transferência de responsabilidade é, no entanto, de fato um ato elementar, uma unidade singular ou simples tijolo num processo complexo. É um fenômeno que tem lugar no espaço estreito que vai entre um e outro membro do sistema de autoridade, entre um ator e seu superior imediato. Por causa da simplicidade de sua estrutura, as experiências de Milgram não podiam investigar consequências ulteriores dessa transferência de responsabilidade. Em particular, tendo intencionalmente focado o microscópio sobre células básicas de organismos complexos, não podiam colocar questões que diziam respeito ao organismo, tais como saber a que deverá se assemelhar a organização burocrática uma vez a transferência de responsabilidade se processe continuamente e em todos os níveis da hierarquia.

Podemos supor que o efeito geral de tal contínua transferência de responsabilidade seria uma *responsabilidade flutuante*, situação na qual cada um e todos os membros da

organização estão convencidos, e assim o diriam caso indagados, de que estão sob as ordens de outra pessoa, mas as pessoas apontadas pelas outras como responsáveis passariam o bastão a uma terceira. Pode-se dizer que *a organização como um todo é um instrumento para eliminar responsabilidade*. Os laços causais em ações coordenadas são mascarados e o próprio fato de serem mascarados é um fator superpoderoso de sua eficácia. A perpetuação coletiva de atos cruéis fica bem mais fácil pelo fato de que a responsabilidade é essencialmente “inatribuível”, enquanto cada participante desses atos está convencido de que ela compete a alguma “autoridade específica”. Isso significa que furtar-se à responsabilidade não é apenas um estratagema *a posteriori* usado como conveniente excusa no caso de acusações de imoralidade ou, pior ainda, de ilegitimidade de uma ação; a responsabilidade flutuante, móvel, é a própria condição dos atos imorais ou ilegítimos que têm lugar com a participação obediente ou mesmo voluntária de pessoas normalmente incapazes de romper as regras da moralidade convencional. A responsabilidade flutuante significa na prática que a autoridade moral, como tal, ficou incapacitada, sem ter sido abertamente desafiada ou negada.

### **Pluralismo do poder e poder da consciência**

Como em todas as experiências, os estudos de Milgram foram conduzidos num ambiente artificial, propositalmente planejado, que diferia em dois aspectos importantes do contexto da vida cotidiana. Primeiro, a ligação dos sujeitos com a “organização” (a equipe de pesquisa e a universidade que integrava) foi breve e *ad hoc* e de antemão se sabia que seria assim; os sujeitos foram contratados por uma hora e por uma hora apenas. Segundo, na maioria das experiências os sujeitos eram confrontados com apenas um superior, alguém que agia como verdadeiro modelo de honestidade e consistência, de modo a fazer os sujeitos da pesquisa perceberem os poderes que autorizavam sua conduta como monolíticos e absolutamente seguros do propósito e significado da sua ação. Nenhuma das duas condições é encontrada com frequência na vida normal. É preciso considerar, portanto, se e em que medida elas podem ter influenciado o comportamento dos sujeitos de maneira não esperada em circunstâncias normais.

Começando com o primeiro ponto: o impacto da autoridade demonstrado de forma tão convincente por Milgram seria, quando nada, ainda mais profundo se os sujeitos estivessem convencidos da permanência de sua ligação com a organização representada

pela autoridade ou pelo menos convencidos de que a chance dessa permanência era real. Fatores adicionais, ausentes das experiências por razões óbvias, entrariam então em jogo: fatores como a solidariedade e o sentimento de dever recíproco do tipo “não posso falhar com ele”, que costumam se desenvolver entre os membros de uma equipe que trabalha junto resolvendo problemas comuns por um longo período, a *difusa reciprocidade* (serviços espontaneamente oferecidos a outros membros do grupo, que se espera, ainda que de forma meio inconsciente, sejam “retribuídos” em algum momento não especificado no futuro, ou que simplesmente resultem numa boa disposição do colega ou superior, a qual igualmente possa ser de alguma utilidade não especificada no futuro) e, o mais importante de tudo, a rotina (sequência comportamental inteiramente costumeira que torna o cálculo e a escolha redundantes e que faz, portanto, os padrões estabelecidos de ação praticamente incontestáveis mesmo na ausência de qualquer outro reforço). Parece muito provável que estes e outros fatores semelhantes revigorem as tendências observadas por Milgram: essas tendências decorrem da exposição a uma autoridade legítima e os fatores acima relacionados certamente reforçam essa legitimidade, que só podem aumentar num período de tempo longo o bastante para permitir que se desenvolva uma tradição e surjam variados padrões informais de troca entre os membros da equipe.

O segundo desvio das condições normais deve ter, no entanto, influenciado as observadas reações à autoridade de uma forma que não é de se esperar na vida cotidiana. Nas condições artificiais cuidadosamente controladas por Milgram, havia uma fonte de autoridade, e apenas uma, e nenhum outro quadro de referência de igual estatura (ou mesmo, simplesmente, outra opinião autônoma) com a qual o sujeito poderia confrontar o comando de modo a colocar sua validade em uma espécie de teste objetivo. Milgram estava plenamente consciente da possibilidade de distorção que devia permitir tal caráter artificialmente monolítico de autoridade. Para revelar a extensão da distorção, acrescentou ao projeto uma série de experiências nas quais os sujeitos eram confrontados com mais de um pesquisador e os pesquisadores eram instruídos a discordar abertamente e a discutir sobre o comando. O resultado foi realmente abalador: a obediência servil observada em todas as demais experiências desapareceu sem deixar vestígio. Os sujeitos já não estavam dispostos a envolver-se em ações que não lhes agradavam; sem dúvida não seriam levados a infligir sofrimento a vítimas, mesmo desconhecidas. De vinte sujeitos dessa experiência extra, um desistiu antes de começar a encenada discordância entre dois pesquisadores, dezoito recusaram-se a continuar colaborando ao primeiro sinal de discordância e um

desistiu apenas um estágio adiante. “Fica claro que o desacordo entre as autoridades paralisou completamente a ação.”<sup>11</sup>

O significado de correção não oferece ambiguidade: *a disposição de agir contra a própria opinião e contra a própria consciência não é função apenas do comando autoritário, mas resultado da exposição a uma fonte clara, inequívoca e monolítica de autoridade.* É muito provável que tal disposição apareça dentro de uma organização que não suporta oposição e não tolera qualquer autonomia, na qual a hierarquia linear de subordinação não conhece exceção: uma organização na qual dois membros não têm nunca o mesmo poder. (A maioria dos exércitos, institutos penais, partidos e movimentos totalitários, algumas seitas e internatos chegam perto desse modelo ideal.) Tal organização, no entanto, será provavelmente eficaz numa das duas condições. Pode isolar rigidamente seus membros do resto da sociedade, tendo assegurado ou usurpado um controle indisputado sobre as atividades e necessidades vitais da maioria ou totalidade deles (assim aproximando-se do modelo de *instituição total* de Goffman), de modo que a possível influência de fontes competitivas de autoridade é eliminada. Ou pode simplesmente ser um dos ramos do Estado totalitário ou quase totalitário, que transforma todas as suas agências em cópias umas das outras.

Como coloca Milgram, só quando se tem ... uma autoridade que ... opera num campo livre sem nenhuma pressão contrária além dos protestos da vítima é que se consegue a resposta mais pura à autoridade. Na vida real, claro, somos confrontados com grande número de pressões contrárias que se anulam mutuamente.<sup>12</sup> O que Milgram deve ter querido dizer com “vida real” era a vida numa sociedade democrática e fora de uma instituição total: mais precisamente ainda, a vida nas condições do pluralismo. Uma conclusão bastante notável do conjunto de suas experiências é que *o pluralismo é o melhor medicamento preventivo contra pessoas moralmente normais envolvendo-se em ações moralmente anormais.* Os nazistas tiveram primeiro que destruir todo vestígio de pluralismo político para deslanchar projetos como o do Holocausto, no qual a esperada disposição das pessoas comuns para ações desumanas e imorais tinha que ser calculada entre os recursos necessários — e disponíveis. Na URSS, a sistemática destruição dos reais ou supostos adversários do sistema ficou de fato séria somente depois de ter sido extirpado todo resíduo de autonomia social e, portanto, do pluralismo político que a refletia. Se o pluralismo não for eliminado em escala societária global, organizações com propósitos criminosos, que precisam assegurar uma persistente obediência de seus membros na execução de atos

evidentemente imorais, ficam obrigadas à tarefa de erguer rígidas barreiras para isolar seus membros da influência “deliquescente” da diversidade de padrões e opiniões. *A voz da consciência moral individual é melhor ouvida no tumulto da discórdia política e social.*

## **A natureza social do mal**

A maioria das conclusões decorrentes das experiências de Milgram pode ser vista como variações de um tema central: a crueldade relaciona-se a certos padrões de interação social de maneira muito mais íntima que às características de personalidade ou outras idiossincrasias individuais dos seus executores. A crueldade é social na origem, muito mais que fruto do caráter. Sem dúvida alguns indivíduos tendem a ser cruéis se colocados num contexto que enfraquece as pressões morais e legitima a desumanidade.

Se restou alguma dúvida a esse respeito depois de Milgram, provavelmente vai sumir após um exame detido das descobertas de outra experiência, esta de Philip Zimbardo.<sup>13</sup> A partir dessa experiência, mesmo o fator potencialmente perturbador da autoridade de uma instituição universalmente reverenciada (a ciência), incorporada na pessoa do pesquisador, foi eliminado. Na experiência de Zimbardo não havia nenhuma autoridade estabelecida externa pronta a tirar a responsabilidade dos ombros do sujeito da pesquisa. Toda autoridade que em última análise operou no seu contexto experimental foi gerada pelos próprios sujeitos. A única coisa que Zimbardo fez foi desencadear o processo ao dividir os sujeitos em posições dentro de um padrão codificado de interação.

Na experiência de Zimbardo (planejada para durar quinze dias, mas interrompida após uma semana por medo de dano irreparável ao corpo e à mente dos sujeitos), os voluntários foram divididos ao acaso em prisioneiros e guardas de prisão. Ambos os lados receberam os atavios simbólicos de sua posição. Os prisioneiros, por exemplo, usavam bonés apertados que simulavam cabeças raspadas e luvas que lhes davam uma aparência ridícula. Os guardas usavam uniformes e óculos escuros que impediam os prisioneiros de olhar dentro dos seus olhos. Nenhum dos lados podia dirigir-se ao outro por nomes individuais, a regra era uma estrita impessoalidade. Havia uma longa lista de pequenas regras invariavelmente humilhantes para os prisioneiros, que os privavam de toda dignidade humana. Esse foi o ponto de partida. O que seguiu ultrapassou e deixou bem para trás o engenho dos planejadores. A iniciativa do guardas (jovens do sexo masculino e idade universitária escolhidos ao acaso, peneirados cuidadosamente para evitar qualquer sinal de

anormalidade) não conheceu limites. Uma autêntica “cadeia cismogenética”, hipótese outrora formulada por Gregory Bateson, pôs-se em movimento. A construída superioridade dos guardas redundou na submissão dos prisioneiros, o que por sua vez tentava os guardas a exibir mais o seu poder, o que então se refletia, como era de esperar, em mais auto-humilhação dos prisioneiros... Os guardas forçavam os prisioneiros a cantar canções obscenas, a defecar em baldes que não permitiam fossem esvaziados, a limpar privadas com as mãos nuas; e, quanto mais faziam isso, mais agiam como se estivessem convencidos da natureza não humana dos prisioneiros e menos se sentiam constrangidos em inventar e administrar medidas de um grau ainda mais estarrecedor de desumanidade.

A súbita transfiguração de simpáticos e decentes rapazes americanos em quase monstros do tipo supostamente encontrado apenas em lugares como Auschwitz ou Treblinka foi terrível. Mas também desconcertante. Isso levou alguns observadores a supor que na maioria das pessoas, se não em todas, vive um pequeno SS esperando para vir à tona (Amitai Erzioni sugeriu que Milgram teria descoberto o “Eichmann latente” escondido no homem comum).<sup>14</sup> John Steiner cunhou o conceito de *efeito adormecido* para denotar a capacidade normalmente apagada mas por vezes despertada de ser cruel.

O efeito adormecido refere-se à característica latente de personalidade de indivíduos propensos à violência, tais como autocratas, tiranos ou terroristas, quando as adequadas relações se estabelecem sob sete chaves. O adormecido é então despertado do estágio normativo de seu padrão de comportamento e as características inativas da personalidade propensa à violência são ativadas. De alguma forma, todas as pessoas estão adormecidas, na medida em que possuem um potencial violento que pode ser desencadeado sob condições específicas.<sup>15</sup>

E no entanto a orgia de crueldade que surpreendeu Zimbardo e colegas resultou, clara e inequivocamente, de um vicioso arranjo social e não do vício dos participantes. Se os sujeitos da experiência recebessem os papéis opostos, trocados, o resultado final não seria diferente. O que importava era a existência de uma polaridade e não quem se situava nos seus respectivos pólos. *O que importava mesmo era que algumas pessoas receberam um poder total, exclusivo e imoderado sobre algumas outras.* Se há um fator adormecido

em cada um de nós, pode continuar assim para sempre se tal situação não ocorrer. Nesse caso jamais saberíamos da sua existência.

O ponto mais pungente, parece, é a facilidade com que a maioria das pessoas se encaixa no papel que requer crueldade ou pelo menos cegueira moral — bastando que esse papel tenha sido devidamente fortalecido e legitimado por uma autoridade superior. Devido à surpreendente frequência com que ocorre esse “encaixe no papel” em todas as experiências conhecidas, o conceito de efeito adormecido parece não ser mais que uma muleta metafísica. Realmente não precisamos dele para explicar a conversão em massa à crueldade. O conceito, no entanto, aplica-se com propriedade àqueles casos relativamente raros em que indivíduos encontraram força e coragem para *resistir* ao comando da autoridade e se recusar a executá-lo por acharem que é contrário a suas próprias convicções. Algumas pessoas comuns, normalmente cumpridoras da lei, despretensiosas, nada rebeldes nem aventureiras, resistiram àqueles no poder e, sem pensar nas consequências, deram prioridade à sua própria consciência — bem parecidas com aquelas poucas pessoas, esparsas, agindo sozinhas, que desafiaram o poder onipotente e inescrupuloso e arriscaram as próprias vidas para tentar salvar as vítimas do Holocausto. Seria vão procurar os “determinantes” sociais, políticos ou religiosos de sua singularidade. Sua consciência moral, adormecida na ausência de uma oportunidade para a militância mas então despertada, era realmente seu único bem e atributo pessoal — ao contrário da imoralidade, que tinha que ser socialmente produzida.

Sua capacidade para resistir ao mal foi um elemento “adormecido” a maior parte de suas vidas. Poderia ter permanecido assim para sempre, caso em que não saberíamos de sua existência. Mas essa ignorância seria uma boa notícia.

## Notas

1. Stanley Milgram, *The Individual in a Social World* (Reading, Mass.: Addison and Wesley, 1971), p.98.
2. Richard Christie, “ Authoritarianism Re-examined”, in *Studies in the Scope and Method of ‘The Authoritarian Personality’*, Richard Christie & Marie Jahöda orgs. (Glencoe, Ill.: Free Press, 1954), p.194.
3. Stanley Milgram, *Obedience to Authority: An Experimental View* (Londres: Tavistock, 1974), p.xi.
4. Milgram, *Obedience to Authority*, p.121.

5. Milgram, *Obedience to Authority*, p.39.
6. John P. Sabini & Maury Silver, “ Destroying the Innocent with a Clear Conscience: A Sociopsychology of the Holocaust”, in *Survivors, Victims, and Perpetrators: Essays on the Nazi Holocaust*, Joel Dinsdale org. (Washington: Hemisphere Publishing Corporation, 1980), p.342.
7. Milgram, *Obedience to Authority*, p.142, 146.
8. Milgram, *Obedience to Authority*, p.11.
9. Milgram, *Obedience to Authority*, p.104.
10. Milgram, *Obedience to Authority*, p.133.
11. Milgram, *Obedience to Authority*, p.107.
12. Milgram, *The Individual in a Social World*, p.96-7.
13. Ver Craig Haney, Curtis Banks & Philip Zimbardo, “ Interpersonal Dynamics in a Simulated Prison”, *International Journal of Criminology and Penology*, vol.I (1973), p.69-97.
14. Ver Amitai A. Etzioni, “ A Model of Significant Research”, *International Journal of Psychiatry*, vol.VI (1968), p.279-80.
15. John M. Steiner, “ The SS Yesterday and Today: A Sociopsychological View”, in *Survivors, Victims, and Perpetrators*, p.431.

#### TEXTO PARA ESTUDO

BAUMAN, Zygmunt. A ética da obediência (lendo Milgram). *IN: Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.



**ORGANIZAÇÃO ESPÍRITA**  
para o Ensino e Pesquisa



## APRESENTAÇÃO

A **ORGANIZAÇÃO ESPÍRITA PARA O ENSINO E PESQUISA** foi fundada em maio de 2015.

**Ensino, Pesquisa e Assistência Social** são os focos da empresa.

**Atende** os setores público e privado.

Entre seus **clientes** estão Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, como: Instituições de Ensino, Empresários, Comerciantes, Prestadores de Serviço, Consultores, Comunicadores, Prefeituras, Servidores Públicos, Servidores da Segurança e da Justiça, dentre outras.

Os **serviços** abrangem:

- Aulas particulares para Ensino Fundamental e Ensino Médio
- Cursos de qualificação profissional
- Cursos *in company*
- Pesquisas para Estratégias Organizacionais e Mercadológicas
- Palestras

**Charles Antonio Kieling** é o atual diretor da empresa. Ganhou notoriedade ao desenvolver o mais avançado sistema de prospecção de cenários para analisar e prever oportunidades, riscos e vulnerabilidades. Desde 1989 trabalha na área do Ensino.

## QUEM SOMOS

**MISSÃO** – Produzir conhecimentos de vanguarda, ensinar, esclarecer e pesquisar em benefício do desenvolvimento e respeito à vida.

**Empresa** privada e sem caráter político-partidário que visa ensinar, pesquisar e esclarecer.

**Nosso compromisso** é estimular e colaborar na autonomia dos sujeitos com base na Educação, Ciência, Filosofia, Religião e Cultura.

**Especializada** na produção e análise de conhecimentos estratégicos aplicáveis.

**Fundamentada** em métodos para o desenvolvimento de Ciência Básica aplicável e inovadora.

**Qualificada** na produção de conhecimento científico e técnico, em pesquisas estratégicas e em análises e prospecções de cenários relacionados às diversas culturas.

**Pautada** em:

- Pensamento científico independente;
- Profundo conhecimento do comportamento cultural; e,
- Estabilidade emocional.



## OBJETIVOS

**Produzir** pesquisas, análises, informações e conhecimentos técnicos e científicos;

**Formular** e aplicar disciplinas e cursos de aprimoramento, capacitação, qualificação e formação continuada;

**Assessorar** na produção de conhecimento e nos planejamentos técnicos e operacionais;

**Coordenar** e produzir projetos que captem recursos a fim de dinamizar ações;

**Integrar** Ensino, Pesquisa e Inovação no aperfeiçoamento de profissionais e de empresas.

**Prospectar** cenários de integração cultural, de segurança, de mercado e de inteligência.

## SERVIÇOS

- **ANÁLISE & CONSULTORIA** para o desenvolvimento das organizações.

- **ASSESSORIA & PESQUISA** para agregar valor intelectual.

- **PALESTRAS & CURSOS** para qualificar o conhecimento técnico e profissional.

### **Aulas particulares para Ensino Fundamental e Ensino Médio**

**Objetivo:** Auxiliar no aprendizado e para as avaliações escolares, esclarecendo dúvidas e promovendo o entendimento e fixação de conteúdo.

### **Cursos de qualificação profissional**

**Objetivo:** Desenvolver competências profissionais para o mercado de trabalho, oferecendo formação inicial e continuada.

### **Cursos *in company***

**Objetivo:** Desenvolver educação corporativa que atendam às necessidades dos colaboradores e da própria organização.

### **Pesquisas para Estratégias Organizacionais e Mercadológicas**

**Objetivo:** Desenvolver pesquisas para oportunizar na melhoria do posicionamento estratégico da própria organização.

### **Palestras**

**Objetivo:** Estimular o pensamento para novos conhecimentos e motivar para a inovação pessoal e profissional.

[contato@oEEP.com.br](mailto:contato@oEEP.com.br) | (51) 998.908.980

Av. Protásio Alves, 5381 - Porto Alegre/RS

[www.oEEP.com.br](http://www.oEEP.com.br)



## **Currículo Profissional**

### **Charles Antonio Kieling**



É Cientista Social atuando como professor universitário e empresário. Possui mestrado em Ciências Sociais pela PUCRS (2004) e graduação em Licenciatura Plena em História pela UCS (1996); é diretor do Ensino Cartese (2021 a atual); lecionou na Faculdade da Serra Gaúcha (2004-2007), na Universidade Feevale (2008-2020) e na Faculdade SENAC (2016-2018); atualmente trabalha na Organização Espírita para o Ensino e Pesquisa; desenvolveu pesquisas no âmbito da Segurança Pública, Legislação Policial-Militar, Prisões, Organizações Públicas, Políticas Públicas, Gestão Pública, Segurança Privada, Empreendedorismo e Riscos Corporativos; estruturou o primeiro mapa da violência e da criminalidade com fundamentação para cenários de inteligência e prevenção da violência e criminalidade; elaborou Projetos Públicos executados em Caxias do Sul, Vacaria, Guaporé e Novo Hamburgo; desenvolveu projetos públicos envolvendo instituições municipais, estaduais e federais, coordenando atividades articuladas entre órgãos públicos e comunidades, e o que deu início no Rio Grande do Sul para equipar as Guardas Municipais com arma não letal. Desenvolveu Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação de Segurança Pública e de Gestão Pública, dos cursos de pós-graduação Especialização de Riscos em Segurança Privada, Especialização em Segurança Pública, Especialização em Gestão Pública e MBA em Defesa Civil. Como empresário é sócio-administrador e diretor da Organização Espírita para o Ensino e Pesquisa, ministrando cursos profissionalizantes e palestras sobre Introdução em Ciência Básica em escolas públicas e privadas; desenvolve pesquisas bibliográficas, documentais e de caso, e de mapeamentos de cenários e de riscos corporativos; é editor da Revista Cosmos Espírita (versão eletrônica) e da Revista de Administração – *Administration Advice* (versão eletrônica); é consultor empresarial em estratégias, prospecção de cenários e análise de riscos corporativos. Tem experiência na área de História e Ciências Sociais, com ênfase em História, Organizações e Sociedade, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, ensino e ciência básica, métodos científicos, culturas, comportamentos, segurança privada, segurança pública, organizações públicas, políticas públicas, negociação empresarial, ética, recursos humanos, direitos humanos, cidadania, inteligência, gestão, estratégia e riscos corporativos; é autor do livro O golpe de 1992 (publicado em 1998) e do livro O manifesto da cidadania (publicado em 2001).





# ERH

# CONTABILIDADE

[www.erhcontabilidade.com.br](http://www.erhcontabilidade.com.br)

[elisabete@erhcontabilidade.com.br](mailto:elisabete@erhcontabilidade.com.br)

**(51) 999.292.223**

## **Missão**

Consolidar processos contábeis que alavanquem a prosperidade de clientes e colaboradores.